

**Ensinos e práticas
em arquitetura,
urbanismo e
território ¹
em Moçambique**

Entrevista com Luís Lage

Faculdade de Arquitectura e Planeamento
Físico Universidade Eduardo Mondlane

Quem entrevista:

Céline Veríssimo

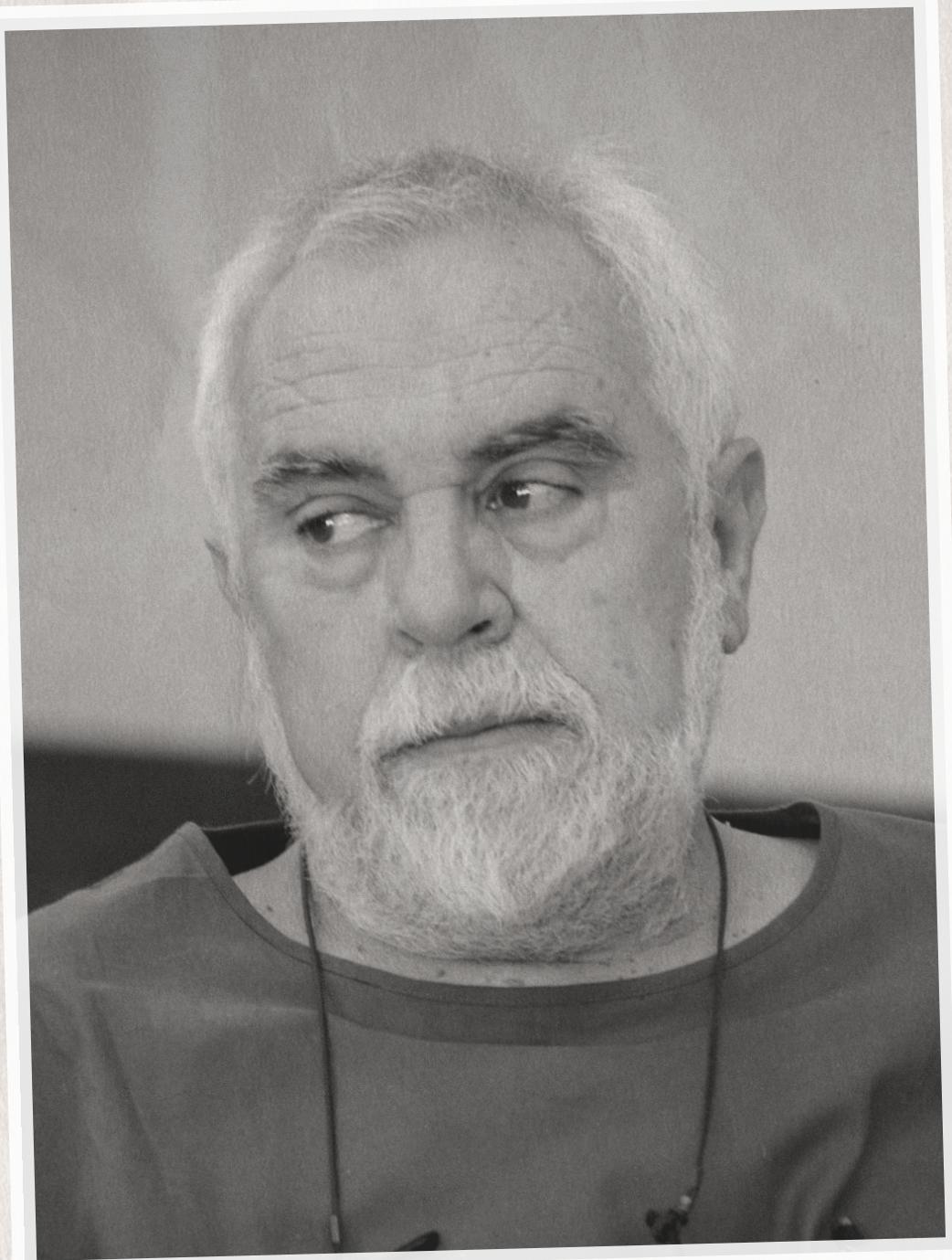
¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA, PPGPPD e CAU /
UNILA, DAMG / UPT

João Soares Pena

¡DALE! / UFBA, MPBA

Murad Jorge Mussi Vaz

DEAAU / UTFPR, ¡DALE! / UFBA, MALOCA / UNILA



LUÍS LAGE

Luis Eugénio da Silva Lage, é arquiteto e professor universitário moçambicano, nascido em Lourenço Marques, atual cidade de Maputo. No decorrer de sua carreira profissional tem atuado na estruturação do ensino em Moçambique, quer a nível secundário quer universitário. Trabalhou tanto Direções Provinciais de Educação e Cultura quanto e em Departamentos de Planificação, atuando, inclusive, no Ministério da Educação. Na década de 1980 trabalhou nas Escolas Moçambicanas na República de Cuba na Ilha da Juventude. Graduou-se em Arquitetura e Planeamento Físico na Faculdade de Arquitetura da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) na década de 1990, tendo assumido cadeiras de História, Planeamento e representação, assumindo no início dos anos 2000 o papel de Diretor Pedagógico da referida Faculdade. É doutor pela Universidade de Roma "La Sapienza" Itália, em seu regresso foi nomeado diretor da FAPF-UEM de 2009 a 2016. Desde então tem se dedicado a projetos de extensão em bairros periféricos de Maputo, através do projeto "Kaya Clínica". Além de sua vasta experiência projetual prática também é Membro Fundador da Academia de Ciências de Moçambique (2009), foi Presidente da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa (2010 a 2014). É membro deste 2012 do Conselho Nacional do Património Cultural e membro fundador da Ordem dos Arquitectos de Moçambique (2019). Nesta entrevista, Luís discorre sobre sua trajetória como arquiteto moçambicano em diferentes contextos nacionais, além de uma reflexão crítica sobre a trajetória do curso de Arquitetura e Planeamento Físico da FAPF- UEM, da sua origem ao presente. Neste sentido, resgata um panorama atual da formação em arquitetura no país, bem como reflete sobre os desafios para o campo que envolvem a profissão, da formação à prática. Lage traz-nos um panorama atual sobre a arquitetura moçambicana, descrevendo e refletindo a respeito das dificuldades enfrentadas por arquitetos e arquitetas no que concerne não somente ao projeto e à construção, mas também as dimensões urbanas. Por fim, deixa-nos uma reflexão otimista sobre os cursos e as reflexões sobre os currículos escolares ao refletir sobre o crescimento das escolas de arquitetura no país e seu envolvimento com a extensão universitária, potencializada pelo projeto Kaya Clínica, que redimensiona e abre caminho para um diálogo franco entre comunidade e academia sobre a urbanidade moçambicana.



Como arquiteto moçambicano você tem uma trajetória importante de atuação no país. Além disso, tem desenvolvido atividades de investigação e extensão baseadas em comunidades e áreas periféricas. Você poderia nos contar um pouco mais sobre a sua formação e prática profissional? A partir de qual perspectiva teórica e epistemológica você tem embasado o seu trabalho?

A minha formação a partir do ciclo preparatório dá uma grande viragem, resultado de ter tido uma professora na cadeira de desenho, a arquitecta Maria Carlota Tinoco. Esta figura fez com que saísse de uma formação do ensino geral para o ensino técnico, concretamente para a escola industrial, ingressando no curso de pintura decorativa que depois mais tarde passou a designar-se por artes gráficas e visuais, na Escola Industrial Mouzinho de Albuquerque, em Maputo. Portanto, esta mudança de ambiente de ensino foi determinante para a minha formação, não só pessoal como profissional. Tive a oportunidade de aprender com belíssimos professores, todos eles com o curso das belas artes, alguns arquitectos, outros pintores e escultores Portugueses, vindos nos anos 1950, para trabalhar em Moçambique – como é o caso do Garizo do Carmo, António Bronze, João Paulo, o escultor Silva Pinto e também o arquitecto Miranda “Pancho” Guedes. Este curso situava-se na escola industrial e conferiu-me a base formativa no universo das artes. Assim, o conceito das artes e também o de cultura desenvolveram-se fortemente nesta instituição.

Acrescento a isto, já numa fase de adolescência, aquilo que foi a minha leitura sobre a sociedade e, sobretudo, sobre o estado socioeconómico em que a maior parte da população de Moçambique vivia. Era muito consciente e evidente, já na época, a dualidade e a segregação que existia na cidade. A cidade “cimento” estava feita para uma minoria branca, e alguns assimilados, e a população “nativa”

LAJE

n. 1
p. 80-103
2022

ISSN: 2965-4904

(designemos assim pois era a expressão utilizada na altura a que me refiro), de origem africana, viviam nas periferias da cidade. Esta realidade acompanhou-me ao longo do meu crescimento, dado que nasci e cresci na cidade de Maputo, no bairro da Polana.

Outro marco determinante, relacionado com o anterior, ocorreu por volta dos anos 1972-73 em que comecei a fazer parte de grupos de leitura clandestina na cidade, formados por jovens de ambos os sexos, maioritariamente brancos, filhos de boas famílias da urbe. Líamos sobretudo os princípios fundamentais da filosofia, de Georges Politzer, em pequenos grupos restritos, com muito cuidado e sigilo. Estas leituras fizeram-me compreender e ter uma percepção melhor sobre o panorama político, social e económico à minha volta. Fiquei consciente que vivia em uma colónia, em que a maioria da população era explorada e acredito que esta leitura influenciou o início e a formação do meu questionamento social.

Ainda no período da minha adolescência, foram também importantes dois momentos. O primeiro, em Maio de 1968, que me marcou bastante. A minha leitura política do estado colonial, a percepção que tinha sobre o desenvolvimento da história e da evolução das sociedades, aliados à minha formação nas artes e na cultura, conduziram-me para uma posição diferente perante a sociedade, estando já na época também consciente da segregação racial da sociedade na sociedade que vivia.

Posteriormente, em 1974, fui chamado para dar aulas no Liceu António Enes (hoje Escola Secundária Francisco Manyanga), nas cadeiras de desenho geral e de geometria descritiva e fi-lo por um ano. Depois da independência, em Janeiro de 1976, fui transferido para dar aulas em Montepuez, na província de Cabo Delgado. Iniciei assim o meu percurso na área da educação, onde dei aulas no ensino secundário em escolas públicas, dado que todo o ensino tinha sido nacionalizado. Estive em Cabo Delgado por 6 anos, onde acabei sendo também director da Escola Secundária de Pemba e na de Namuno e onde também trabalhei para a Direcção Provincial de Educação e Cultura, como chefe de departamento de planificação, por proposta da Direcção Provincial de Educação e Cultura e nomeação Ministerial.

Na foto à esquerda, Lage com estudantes de Namuno - Cabo Delgado, 1979. Fonte: foto cedida pelo autor.

Na foto à direita, em 1981, Lage em Montepuez, Cabo Delgado como Chefe de Planificação de Educação provincial com Arnaldo Maroto do Ministério da Educação e o Director Distrital de Educação. Fonte: foto cedida pelo entrevistado.



Os anos que estive em Cabo Delgado fizeram-me conhecer melhor a realidade do país, dimensão esta que desconhecia. Não só viajei pela província de Cabo Delgado, durante esse período, como também conheci e circulei por outras partes e províncias do país, sobretudo no norte, como Niassa e Nampula. Portanto, esse contacto que tive com a realidade fora de Maputo (para quem sempre viveu e esteve toda a vida em Maputo até aos seus 18/19 anos), forneceu-me uma nova perspectiva de leitura da sociedade moçambicana. É claro, e acrescento, que a aposta socialista da época revolucionária era a que estava presente e foi a que eu abracei com bastante convicção no momento, dado que sempre partilhei dos princípios de viver numa sociedade justa e igualitária, que combatesse as desigualdades, conferindo as mesmas oportunidades para todos.

Aliando a formação que tive na área das artes gráficas e visuais com a experiência profissional na educação em Cabo Delgado e com a leitura que tive da realidade, sobretudo rural, do país, posso dizer que estas induziram-me a uma melhor compreensão e à formatação do meu ser, posso assim dizer. Isto consolidou-se com o meu regresso a Maputo. Vim trabalhar no Ministério de Educação, a convite da Ministra, na altura, Graça Machel, na Direcção Nacional de Planificação, onde fiquei cerca de um ano. Entretanto, casei-me, e eu e a minha mulher abraçamos a oportunidade de irmos para Cuba como educadores e professores, onde vivemos durante cinco anos.

Moçambique tinha quatro escolas na Ilha da Juventude, em Cuba, e cada escola possuía cerca de 900 estudantes Moçambicanos, que eram selecionados de entre os melhores alunos da escola primária de todo o país. Era um processo de seleção que iniciava primeiramente nas escolas, depois a nível distrital e por fim na província. Cuba recebeu sempre a representação de todo o país, de acordo com as percentagens de estudantes no ensino, por região e género. Era, portanto, um grupo grande de estudantes que se enquadravam sobretudo no ensino secundário, mas também existiam alguns a fazer o ensino pré-universitário, ou seja, nos institutos politécnicos. Durante 6 anos estive em Cuba onde conheci também a realidade de um país socialista, que abraçou projectos de solidariedade com outras nações. Cuba tinha escolas com estudantes de 16 nacionalidades e algumas destas tinham até 4 escolas, tal como Moçambique, Angola e Etiópia. Havia assim um grande projecto multinacional de solidariedade, sobretudo com os povos que lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária e inclusiva.

O regresso de Cuba para Moçambique ficou marcado com o meu ingresso na faculdade, aberta muito recentemente (em 1986). A partir daqui, foram estes aspectos de leitura, de posição política e social, com aquilo que transportava das artes e



Na foto, vê-se Luis Lage, no ano de 1984, com um grupo de professores Moçambicanos. em Cuba.
Fonte: foto cedida pela entrevistado.

da cultura que me fazem, quando entro, em 1989, na Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, abraçar fortemente estas duas grandes áreas.

O meu percurso foi sendo assim traçado por estas áreas, uma com um olhar para as artes no geral e também sobre o património edificado que foi o que mais me interessou. Por outro lado, as intervenções naquilo que eram as partes mais frágeis da sociedade, nas zonas de menor atenção por parte das entidades públicas, dado a falta de recursos financeiros e técnicos, para fazer frente ao grande aumento demográfico, por migração e por crescimento natural – nas periferias da cidade, onde se encontra a maioria da população urbana com condições de baixa renda e sem grandes assistências, serviços e infraestruturas. Portanto, a minha área de interesse é assim marcada, não só pelo meu percurso pessoal e profissional anterior, mas também por estas duas dimensões e linhas de acção – a salvaguarda do património edificado do país e as intervenções nos espaços mais precários junto às populações com maiores dificuldades socioeconómicas.

A Universidade Eduardo Mondlane desde a sua origem tem ampliado seus vínculos e atuação na sociedade. Neste sentido, como você analisa os conteúdos e conhecimentos que vêm sendo ministrados, as matrizes, as práticas pedagógicas, as bases, e as referências teóricas em arquitetura e urbanismo? Como os objetivos e abordagens desta escola de arquitetura, têm acompanhado essas transformações em Moçambique, considerando o seu passado como colônia portuguesa até 1975? O mesmo poderia ser discutido com relação ao acesso à Universidade, à transformação do território, do ambiente, das cidades, do povo Moçambicano, como você vê a trajetória histórica da FAPF-UEM?

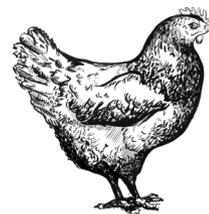
Como mencionei anteriormente, a faculdade foi fundada em 1986 e procurava responder, de alguma maneira, às necessidades que o país tinha ao nível do ordenamento do território. Sentia-se uma grande ausência (pois não existia nenhuma) de instituições de formação e ensino que tratassem das questões da arquitetura e do urbanismo. No seu contexto, esta surge também como resultado de uma grande prática anterior da Secretaria de Estado de Planeamento Físico, a primeira instituição no pós-independência, que começou a abordar os problemas do ordenamento do território em Moçambique. A Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico surge então como uma continuidade desta visão principal, de que o território necessita de uma acção de ordenamento e urbanização de uma forma planificada e programada.

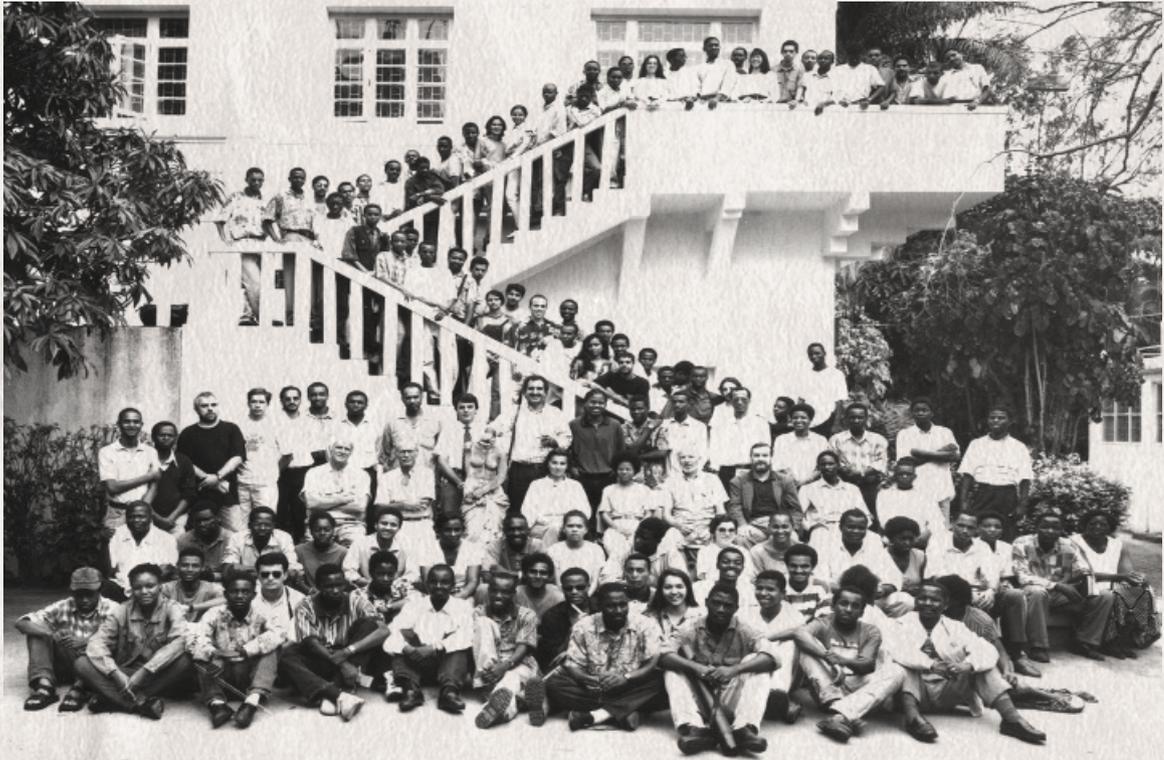
Possuiu também um papel importante o Secretário de Estado da época, o arquitecto José Forjaz, ter tido uma grande relação com a Itália e com outro arquitecto italiano que coordenaram a possibilidade da instalação de uma faculdade de arquitectura e planeamento físico em Maputo na UEM.

O desenho do currículo foi estabelecido entre os professores e a disponibilidade que estes teriam para vir de Itália para Moçambique, provenientes da Universidade La Sapienza de Roma. A contraparte moçambicana foi sobretudo coordenada pelo arquitecto José Forjaz. Ficou claro, de início, por posição de Moçambique, que o curso seria um curso de arquitectura e de planeamento físico, dada a grande carência que tínhamos no país de técnicos e quadros qualificados na área do planeamento urbano e ordenamento do território. Portanto, o curso foi desenhado, sim, com uma grande vertente de arquitectura que foi ministrada pelos professores italianos, mas, também, com uma vertente de planeamento físico, que apesar de ser aplicada por professores italianos, sempre foi com o cuidado de se adaptar e enquadrar à realidade do país.

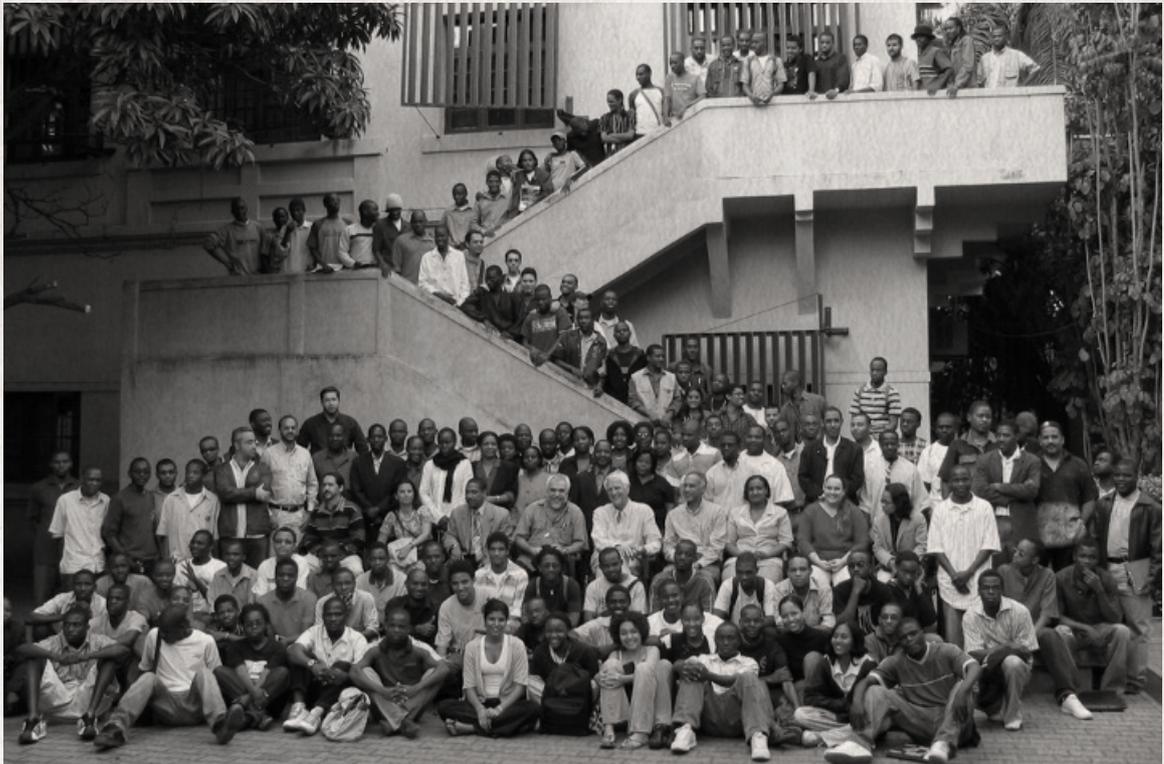
A faculdade, desde o seu início, para além dos seus programas curriculares, começou desde logo a preocupar-se com os problemas do país e a intervir no território, tendo para o efeito, promovido temas de trabalhos de fim de curso dedicados ao território, ou sobre cidades, ou sobre áreas administrativas de Moçambique. Foi também no início que se criou o Centro de Estudos e Desenvolvimento do Habitat (CEDH) na própria faculdade, o que permitiu a extensão da faculdade para os diversos territórios. E foi esse um dos papéis principais da faculdade ao longo dos anos, trabalhando com várias cidades, elaborando vários planos de estruturas de diversas capitais provinciais e também desenvolvendo trabalhos em vários pontos e províncias do país, que resultaram em várias publicações.

Considero que a faculdade, apesar de ter cerca de 35 anos de existência, ainda tem um longo percurso a percorrer para responder às verdadeiras demandas que o país possui. Moçambique tem um crescimento demográfico elevado, cerca de 2,6% de população anual, e isto reflecte um desafio muito grande em relação às questões habitacionais, mas também ao próprio ordenamento do território, dado que o país não tem a capacidade de responder actualmente a este crescimento, por falta de recursos financeiros e técnicos. Creio que os cerca de 500 arquitectos formados ao longo dos anos em Moçambique não são ainda suficientes para responder à demanda que temos actualmente e que teremos no futuro. O País tem mais 4 faculdades públicas e duas privadas de Arquitectura e Urbanismo, sendo que a maioria dos seus graduados estão profissionalmente no activo.





1996



2006

Nas fotos, a Faculdade de Arquitetura da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM), em 1996 (acima) e em 2006, Fonte: Fotos cedidas pelo entrevistados.

Uma das dificuldades que a instituição possui é a limitada capacidade de receber novos ingressos para formar maior número de profissionais ao longo do tempo. Para isto seria necessário investir na construção de uma nova unidade da faculdade para poder albergar maior número de estudantes. Neste momento a sua capacidade máxima é de apenas cerca de 35 a 40 estudantes por ano.

O curso de arquitetura e planeamento físico iniciou em 1986, em plena Guerra de Desestabilização pós-independência, tendo sido tutorado pela universidade italiana La Sapienza de Roma. Como esse período inicial, de instauração apoiada por uma instituição europeia serviu, ou não, para constituir o cerne da escola? Não terá sido uma outra forma de colonização europeia? Até que ponto as vossas referências mantêm a hegemonia do pensamento ocidental em arquitetura e quais os vossos esforços para um curso voltado para a realidade africana de Moçambique? Qual a missão deste curso, que tipo de arquitetas e arquitetos Moçambique precisa? Daquele momento até agora, como se tem constituído a construção das bases para reflexão para uma arquitetura Moçambicana? Sobretudo com autores e arquitetos moçambicanos como referências teóricas, o que tem sido feito e quais são as suas expectativas nas próximas gerações de arquitetos/as formados na FAPF-UEM?

Talvez referir que o apoio para a instalação da faculdade por parte da cooperação italiana foi extremamente importante e considerável, sobretudo financeiramente. Não foi apenas no pagamento dos professores que vinham de Itália dar as aulas mas também em equipamento e em materiais que eram necessários e que, na altura, a universidade não possuía disponibilidade para fornecer. Foi obviamente uma combinação prévia e houve também uma participação da Universidade Eduardo Mondlane, contudo pode-se dizer que o curso foi praticamente financiado, inicialmente e durante cerca de 20 anos, pela cooperação italiana. A contraparte Moçambicana, foi a de criar as condições infraestruturais e dos procedimentos colegiais para que a Faculdades pudesse funcionar.

Os professores, sendo italianos, grande parte deles já não se encontravam no activo. Alguns ainda davam aulas, mas eram professores com uma grande experiência e sobretudo disponibilidade para estar em Moçambique, o que o fizeram com bastante empenho e força. Foi um grupo muito coeso e extremamente importante para todos nós e para a construção da própria faculdade.



Sendo o corpo docente maioritariamente italiano, nos primeiros anos de formação o currículo foi administrado pelo conhecimento que eles tinham, não da nossa realidade, mas sim com base no contexto de ensino de Itália. Contudo, o mais importante foi ter-se conseguido consolidar este grupo de professores que todos os anos, ao longo de vários anos, vieram a Maputo. Por virem regularmente a Maputo, isto fez com que se enquadrassem rapidamente no contexto da realidade existente. Muitos deles, sobretudo o grupo que permaneceu até aos finais da cooperação italiana, viajaram pelo país ao longo dos anos, aumentando assim a sua consciência e o seu conhecimento, adaptando o próprio método de ensino ao contexto em que se encontravam.

Acredito que Moçambique necessita de arquitectos que sejam em simultâneo, ordenadores do território, ou seja, que sejam planeadores físicos/ urbanistas, visto que em termos de arquitectura podemos dizer que praticamente 90% da população moçambicana ergue as suas casas, constrói o seu habitat. Portanto, é claro que é necessário arquitecto, contudo o que o país mais necessita de momento é de profissionais conscientes e capazes de auxiliar no ordenamento do território. E os estudantes nesta profissão, formados na faculdade, devem ser preparados para poder intervir nestas várias áreas de abrangência a nível do país. Se tivermos em conta que Moçambique tem 11 Províncias, 53 Municípios e 154 Distritos, considero que em cada uma destas estruturas deveria ter pelo menos um arquitecto e planeador físico, devidamente pago pelo estado, para apoiar as autoridades na gestão do território.

Há várias iniciativas de cooperação internacional entre a FAPF-UEM e universidades estrangeiras. Qual é a sua avaliação sobre essas parcerias? Como isso tem contribuído para a formação de arquitectos e urbanistas moçambicanos?

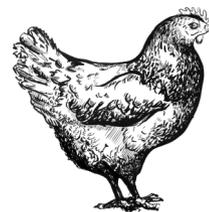
A criação da faculdade, como já mencionei, surge com o objectivo de suprir a carência total que existia, dado que na altura da independência só deveria existir cerca de 5 ou 6 arquitectos moçambicanos disponíveis – e estes trabalhavam sobretudo em áreas de gestão administrativa. Desde 1986 até por volta de 2005-2007, a grande contribuição foi italiana. A cooperação italiana, nos primeiros anos fez o que pôde, apoiando sobretudo com professores e equipamentos. A partir de 2000, foi criado o que se chamou de CICUP, que era um programa de assistência técnica às faculdades, não só de arquitectura mas também de medicina, agronomia e engenharia florestal. Era um consórcio interuniversitário para a cooperação universitária com os países emergentes e teve um programa muito grande. Assim, a faculdade de arquitectura, a partir de 2000 até praticamente 2005, teve um grande apoio em investimento por parte deste programa.

Os objectivos deste programa eram sobretudo melhorar a capacidade e autonomia científica e didática dos docentes e investigadores destas unidades. Isto desenvolveu-se com actividades de capacitação e com suporte técnico e científico. Podemos dizer que surgiram daqui três resultados fundamentais. O primeiro, a capacitação institucional – no âmbito da didática; o segundo, através de um programa muito específico no âmbito da investigação e da extensão, onde se desenvolveram, com os fundos disponíveis, grandes programas de investigação, como também forneceu ao corpo docente da faculdade a possibilidade de editar e publicar conteúdos de investigação; por último, foram também levadas a cabo acções de melhoria das infraestruturas e equipamentos da faculdade, no que diz respeito a salas de aulas, equipamentos informáticos e também destinados ao trabalho didático, de pesquisa e de investigação.

O corpo docente moçambicano nesta época tinha essencialmente o nível de licenciatura e foi este projecto que possibilitou a formação dos professores, permitindo que passássemos, muitos de nós, para o nível de mestrado e também, alguns para o nível de doutoramento.

Nos trabalhos de investigação, podemos dizer que foram iniciados 25 trabalhos de pesquisa. Destes 25 trabalhos, 19 deles foram publicados. Foi assim possível ter um grande grupo de professores, e também de estudantes, a trabalhar em conjunto em projectos ligados à realidade e às necessidades do país. Somente depois de ter finalizado o programa do ciclo de cooperação com Itália, é que a faculdade, pela primeira vez na sua história, a partir de 2007 começou a ter contactos e abertura para outras faculdades. Estabeleceu memorandos de entendimento com várias faculdades, quer na Europa – Portugal e sobretudo em Espanha e Itália, mantendo a sua ligação com este país, mas também com o Brasil. Eu tenho imensa pena que neste esforço que fizemos de abrir estas ligações e levar a faculdade de arquitectura e o seu trabalho para outras partes do mundo, não o tivéssemos feito com a mesma intensidade, como devíamos, para outros países da região, sobretudo com a vizinha África do Sul.

Outra questão que posso considerar com estas novas cooperações é que o que nós sempre sentimos foi que estas modalidades de cooperação eram mais Norte-Sul e muito pouco Sul-Norte. Creio que as faculdades com quem estabelecemos relações tiraram maior proveito em trabalhar aqui em Moçambique conosco e desfrutaram muito mais disso, do que nós com eles, dado que tinham as condições financeiras para realizar a mobilidade, puderam o realizar em Moçambique, utilizando nossas infraestruturas e acervos para seus trabalhos. Contudo, é claro que o contacto que os estudantes e os professores, sobretudo moçambicanos, tiveram aqui e também



algumas oportunidades de deslocação a esses países, através dessas relações de cooperação, que foram obviamente frutíferas. Também creio que todos nós beneficiamos, principalmente nos primeiros anos, com a cooperação italiana. Foi, de facto, marcante e determinante naquilo que foi na constituição e também no pensamento deste corpo docente.

De licenciado a diretor da Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico, da UEM, algumas décadas se passaram. Você poderia comentar sobre as alterações que vem acompanhando no país, cada vez mais inserido no modelo capitalista global, na formação e na prática de arquitetos e arquitetas?

O país passou por diversas etapas. Se falarmos no pós-independência, primeiro com uma idealização socialista de uma sociedade mais igualitária e justa com uma distribuição da riqueza mais proporcional; e uma segunda etapa, depois dos grandes conflitos armados que tivemos, das agressões que o país sofreu, em que a economia de mercado entrou plenamente na nossa sociedade. O país viveu esses dois momentos, um numa economia centralizada e outro numa economia completamente liberal e capitalista.

O que tenho a dizer é que a faculdade manteve-se, ao longo dos seus anos de existência, uma mesma filosofia didática, de orientação e de princípios. Dividida em dois grandes ramos, a arquitectura e o planeamento físico sempre direccionados para a realidade do país.

Ao longo destes anos a faculdade já graduou entre 500 a 600 arquitectos e planeadores físicos e posso afirmar que a maior parte deles são funcionários, empregues na estrutura do Estado – trabalham para os municípios, para governos provinciais ou mesmo para o governo central. Outros, em menor número, trabalham por conta própria, como arquitectos liberais. Contudo, em todos eles, creio que há uma posição relevante e consigo ver essa preocupação de melhorar as condições socioeconómicas da população e trabalhar para o benefício do país.

O papel das mulheres na arquitetura brasileira, por exemplo, tem sido historicamente invisibilizado, apesar do número expressivo de arquitetas e urbanistas graduadas anualmente. Em sua trajetória académica na FAP-F-UEM e como arquiteto, como você analisa, atualmente, a presença das mulheres, tanto no âmbito dos estudos, quanto da prática profissional?

É uma questão interessante de leitura. Na minha experiência em instituições de ensino de arquitectura ao longo da minha vida, quer na Europa, quer na América do Sul, sempre observei uma maior percentagem de mulheres nesta área em relação a homens. Em Moçambique, desde que a faculdade foi criada, os ingressos têm sido maioritariamente controlados por um processo de exames de admissão anual em que, actualmente, o número de candidatos varia entre 600 a 800. Têm sido admitidos, ao longo dos últimos anos, cerca de 35 a 40 estudantes por ano.

O que se tem observado, ao longo do período de existência da faculdade, é que de uma média dos 35-40 candidatos que ingressam, apenas 11% são do sexo feminino. O interessante, e que pessoalmente acredito que deve ser digno de leitura, é que no universo dos candidatos que fazem esses dois exames de admissão – de matemática e de desenho – 50% são homens e 50% mulheres. Não se consegue ainda explicar como é que apenas 11%, em média, são ingressos do sexo feminino na faculdade após os exames.

No entanto, apesar de ser uma taxa muito baixa e que não se nota grande alteração ao longo dos anos (o que é também uma particularidade interessante), as mulheres têm desempenhado um papel dentro da faculdade bastante importante. Tem havido casos de serem das melhores alunas da faculdade que quando saem e ingressam na sua vida profissional, algumas delas têm tido papéis de destaque, não só em organizações governamentais no Estado como também profissionais liberais. Acredito, no entanto, que como arquitectas no termo de profissão liberal, de facto há ainda uma ausência e de certeza um percurso a percorrer. Mas não significa que não existam, existem sim em Moçambique arquitectas graduadas na faculdade que têm desenvolvido trabalhos de interesse e relevância na área.

O ensino de arquitetura e urbanismo tem forte apelo aos referenciais ocidentais, marcadamente europeus e estadunidenses. Como você analisa, a partir de sua experiência de ensino e pesquisa em Moçambique, em particular, e no continente Africano em geral, a matriz curricular do curso da FAPF-UEM, no que concerne aos referenciais e seus vínculos com a situação política e socioeconômica do país?

A faculdade de arquitectura já passou por três reformas curriculares e considero que o currículo existente está, de certo modo, adequado à realidade do país e às necessidades de formação de técnicos para esta área, sobretudo na conjugação da arquitectura e do planeamento físico. Contudo, também sinto que os currículos

actuais são de certo modo, globalistas. Tenho visto currículos de outras faculdades, a nível mundial, e parece-me que possuem um grande perfil e traço comum entre elas.

Considero que deveríamos ter tido uma maior leitura, sobretudo na elaboração e revisão da última reforma curricular, dos países vizinhos em primeiro lugar – como é o caso da Tanzânia, da Zâmbia e principalmente da África do Sul.

Temos recebido estudantes de países vizinhos, são poucos os casos da África do Sul, mas com a cooperação interuniversitária que temos com a Tanzânia, recebemos nos últimos anos cerca de 20 estudantes, dos quais 17 já se licenciaram na nossa faculdade. Na minha opinião, devíamos estreitar relações curriculares com a África do Sul. Eles possuem várias faculdades de relevância, como é o caso da de Cape-Town, de Durban e de Johannesburg. Portanto, era necessário fazer uma ligação e um entendimento maior nesta área geográfica para as futuras reformas curriculares.

Apesar de Moçambique não se encontrar em uma situação estável em termos políticos, considero que se se coordenasse os currículos com estes países vizinhos poderia abrir possibilidades para uma melhor planificação e um olhar futuro de maneira a que a formação destes quadros profissionais, que os países emergentes urgentemente necessitam, na área da arquitectura e do planeamento, fosse mais efectiva e mais virada a uma realidade de longo prazo.

Moçambique continua a ser um país com um padrão de crescimento urbano em cidades pequenas e a maior parte da população continua a ser predominantemente camponesa. Como está a distribuição das escolas de arquitetura e planeamento nas distintas províncias do país? Olhando, tanto o ensino como a atuação profissional, qual a preparação e capacidade de resposta dos profissionais de arquitetura para as populações mais vulneráveis, não só nas cidades como também nas aldeias?

A maior parte das cidades africanas é marcada por uma situação dualista e que não pode ser ignorada, havendo uma zona formal (planificada), que é regrada por dispositivos normativos específicos, e outra informal (não planificada), ou "margens", como temos vindo a caracterizar, onde não se aplicam aquelas normas e para a qual não se têm destinado os procedimentos adequados, visando a sua integração gradual no todo urbano, do qual é parte integrante.

Outro lado da dualidade, na história urbana das cidades em Moçambique, é marcado por uma diferenciação territorial, derivada de aspectos estruturais de ordem

socioeconómica política, cultural e de segregação racial, pela necessidade de espaço para a moradia da população segregada, ou seja, negros, asiáticos e mestiços, que se desenvolveu na época Colonial. Foi durante o colonialismo que surgiram os primeiros assentamentos periféricos para moradias dos trabalhadores, dando lugar ao longo dos anos, com o aumento das densidades demográficas, à afirmação dos bairros periféricos, ou seja nas “margens” da cintura das nossas cidades.

Considerando que temos um crescimento populacional acelerado e difícil de controlar, a UN-Habitat estima que Moçambique passe de 40% de população urbana actual, para 70% em 2025, aliado à falta de atenção e aplicação dos instrumentos legais aprovados e reguladores do Ordenamento Territorial, nas várias escalas de intervenção, assim como, a não aplicação dos procedimentos metodológicos preconizados pelas Leis e Regulamentos, tais como: as de consulta pública e outros procedimentos de planeamento integrado, tem tornado os projectos de intervenção nestas áreas desajustados e por vezes insustentáveis, sem serviços e infraestruturas. Isto agrava a marginalização de uma grande parte da população urbana, não se integrando a sua capacidade de iniciativa e suas estratégias de sobrevivência, num quadro normal de um desenvolvimento inclusivo.

Até recentemente, só existia a Faculdade de Arquitectura – a FAPF-UEM a formar arquitectos no país. Felizmente actualmente existem hoje 6 no total, acrescentando-se à FAPF, mais uma em Maputo - a Escola Superior de Arquitectura do ISCTEM com um curso de arquitectura e urbanismo; mais uma na província de Maputo, em Boane – a Unitiva; duas na Beira – a Universidade Católica de Moçambique (UCM) e a Unizambeze; e mais uma em Nampula – a Unilúrio, da qual fui Presidente da Comissão de Instalação da mesma. Dada a dimensão do país e da sua população, considera-se ainda uma representação muito baixa de faculdades viradas para esta área tão preponderante.

Em relação à capacidade de resposta destes profissionais formados, acredito que, como já me referi anteriormente, os currículos estiveram sempre representados por uma parte prática muito forte, direccionada à realidade do país. Isto significa não só, por um lado dar a conhecer o panorama urbano e habitacional existente, com todas as suas carências e virtudes, mas também, o esforço em tentar criar uma sensibilização de intervenção sobre ele. Faltam ainda, obviamente, profissionais, uma vez que a nossa proporção de arquitecto/urbanista por habitante ser extremamente baixa, esperemos assim que o nível técnico e humano formado, apesar de pouco, seja bom.

Transversal à formação socioeconômica espacializada em Maputo, os bairros periféricos, outrora chamados “caniços”, constituem diversas intersecções culturais, sociais e espaciais. Sua trama física, imbricada e sinuosa, mescla pequenos espaços abertos com ruelas estreitas nas quais a vida cotidiana se constitui entre línguas, credos, origens étnicas e visões diferentes. São estigmatizados e ao mesmo tempo, romantizados. Como você avalia a atuação de arquitetos e planejadores urbanos nessas áreas?

Nas margens das cidades (onde vive mais de 70% da população urbana) estão entre as zonas mais dinâmicas do país. No caso da cidade de Maputo, por exemplo, em menos de 35 anos a cintura informal da cidade inverteu o seu carácter tipológico: em vez de cerca de 80% de casas de caniço passou para 80% de casas de materiais duráveis como o bloco de cimento. Isto significou, em cerca de 200 mil casas (melhoradas ou novas), um investimento de mais de um bilião de dólares provenientes das poupanças pessoais destas famílias. Buscar na dinâmica da economia *informal* as lições que podem ajudar a, de uma forma endógena, melhorar e fazer crescer a produção urbana, o emprego, a riqueza e a gestão urbana.

Esta fonte de poupança preferencial na habitação deveria ser vista pelos governos, municípios e por possíveis investidores, através de parcerias publico-privadas, como uma oportunidade de resposta aos anseios de melhoria das condições de vida da população das cidades, no quadro da luta contra a pobreza urbana e, sobretudo, como uma oportunidade de desenvolvimento da economia urbana.

Em termos da actuação dos arquitectos sobre estas áreas, espero que se esteja a incentivar a criação de condições para a emergência de uma cultura urbana, ou uma nova urbanidade, que respeite os modos de viver dessas novas sociedades urbanas em formação, com a conseqüente emergência de novos valores específicos do contexto urbano, que possam substituir os valores da tradição rural que funcionam como verdadeiro instrumento de controlo social. A diferenciação pode então ocorrer a partir de um modo de vida mais comunitário, menos violento, mais preocupado com a preservação do meio ambiente e do património histórico, com a qualidade de seus espaços públicos, de entre outros.

As *machambas* são, como prática e símbolo cultural, fundamentais para a vida no país, incluindo a vida urbana. Como avançar no processo de urbanização, sem extinguir essa prática socioespacial?

Tem sido realmente uma questão bastante debatida. Moçambique é 66% rural e a agricultura faz parte do sector de actividade laboral com maior percentagem. Se falarmos apenas das áreas urbanas podemos analisar que mais de 70% desta população (recentemente) urbana vive em margens autoproduzidas ou ditas "informais" em que o sistema de ocupação é através da autoprodução alimentar em tecido urbano de carácter orgânico, com habitação maioritariamente unifamiliar e de piso único em talhões (ainda) com percentagem representativa de espaço não construído. Analisando também que aqui vivem sobretudo famílias de baixa renda, enquadradas maioritariamente no sector informal, entendemos que a mentalidade lógica é a de organizar mecanismos alternativos de subsistência e de renda. Aliado às questões dos modos culturais, ainda é visível a prática das machambas de subsistência nos próprios talhões e ainda o cultivo em lugares com maior extensão, urbanos e desocupados, para acréscimo de renda.

A questão da urbanização é geralmente associada à construção em densidade, o que parece também correcto pela optimização dos custos gerais de planeamento, ordenamento, construção e, sobretudo, infraestruturais. Não vou aqui defender um ponto de vista concreto, apenas dizer que acredito que, apesar desta lógica, é necessário também compreender estes modos de vida, as razões destas práticas, as suas virtudes e benefícios num contexto como o nosso. É possível conjugar o processo de urbanização, mesmo com construções em altura, aumento da densidade (controlada) com infraestruturização e qualidade de vida sem erradicar a relação com espaço exterior e estas práticas sociais, espaciais e também económicas. A nível de exemplos, existem aqui machambas partilhadas por um certo número de pessoas, podendo pensar em assegurar espaços para machambas comunitárias, existem também hortas verticais e de terraço individuais, ou compartilhadas, em condomínios de prédios, em outros países. Exemplos existem, é só uma questão de compreender, adaptar se necessário e força de vontade para implementar.

Em seu trabalho na Kaya-Clínica, uma série de atividades são realizadas em parceria com a escola de arquitetura. Quais são os principais pontos fortes e ao mesmo tempo os maiores desafios?

O projecto de extensão universitária, Kaya Clínica (clínica da casa) surge primeiro com a colaboração estreita da Faculdade de Arquitectura da Corunha como o objectivo, através de processos metodológicos e programados, dar assistência às demandas dos problemas urbanos e habitacionais que os moradores dos bairros periféricos da cidade de Maputo possam ter, para melhorar as suas habitações.

A resposta a estas questões de demanda das populações mais carentes é efectuada através de um exercício de extensão universitária multidisciplinar, integrando não só a Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico, mas também (resumidamente) a Faculdade de Engenharia para as acções de projectos, construção e infraestruturas, a de Medicina para as acções de saneamento e de saúde pública, a de Direito para as acções de legislação fundiária, a de Economia para acções de apoio ao microcrédito e a Faculdade de Letras e Ciências, sobretudo o departamento de Geografia, para acções mais pontuais de cadastro e georreferenciamento.

Uma das questões fundamentais, que possibilitou o desenvolvimento dos trabalhos, foi a elaboração de um memorando de entendimento entre o Concelho Municipal da Cidade de Maputo e a Universidade Eduardo Mondlane. O Kaya Clínica, como infraestrutura física, localiza-se num dos bairros periféricos da cidade, o bairro George Dimitrov, onde possui estreita ligação com o poder local. A operação deste projecto é realizada através da colaboração de professores e estudantes (voluntários) e também deste poder local, onde prestamos assistência à população nas suas necessidades de melhoria do seu meio urbano e habitacional. O Kaya Clínica opera sobre dois procedimentos funcionais principais. O primeiro, através de núcleos de estudantes e docentes, criados em cada uma das faculdades que participam no projecto, e estes de forma voluntária envolvem-se rotativamente em escalas programadas, de forma a assegurar respostas às demandas colocadas pela comunidade. O segundo, é através das unidades curriculares onde se propõe e se incentiva que as faculdades e os professores criem projectos ligados à assistência técnica em actividades curriculares, quer em projectos de final de curso ou de pós-graduação, ou mesmo em módulos de formação integrando, no caso da medicina por exemplo, a saúde comunitária.

Considero que, dadas as condições actuais e reais, de um grande crescimento demográfico aliado à falta de capacidades técnicas, financeiras e de recursos que

o Estado possui em fornecer infraestruturas adequadas e também de planeamento antecipado e de ordenamento territorial adequado, a academia pode ter uma acção muito importante. Uma acção de extensão, de sensibilização sobre o papel social do estudante, do docente e do profissional em arquitetura, onde se estimule que o conhecimento adquirido passe para a sociedade como um todo mas, sobretudo, para as populações mais carenciadas - não só de habitabilidade mas também de vida.

Ao discutirmos arquitetura moçambicana, ou arquitetura em Moçambique, dois nomes foram centrais no século XX: Pancho Guedes e José Forjaz. Ambos acompanharam e em certa medida estiveram envolvidos com momentos fundamentais da trajetória política e socioespacial do país. A partir de seu legado, bastante diverso, seria possível discernir se a produção deles constitui uma arquitetura moçambicana, ou cada um à sua maneira realizou uma arquitetura distinta em Moçambique? A partir do século XXI, quando o olhar para o vernacular passa a ser mais valorizado e se discute sobre uma “Arquitetura Africana”, quais são os principais aspectos que você ressalta atualmente?

Maputo tem uma característica específica em termos do edificado. Uma característica singular. Não é apenas o traçado mas também a arquitectura em si. Maputo tem uma arquitectura moderna e com grande expressão e interesse arquitectónico. Estes edifícios, que foram construídos em cerca de 25 anos, de 1950 a 1975. Maputo tem esta característica de ter edifícios que reflectem muitas das correntes do moderno e que atraem gente que vem de vários pontos do mundo, tais como, os de contribuição anglo-saxónica, pela proximidade com a África do Sul, os de influência Déco, fortemente representados na cidade, além dos de matriz portuguesa resultantes da filosofia formal do Estado Novo e, posteriormente, dos modernistas com contributos em novos elementos de linguagem estilística adaptados às condições geográficas da cidade.

Em contraste com o que se passava em Portugal, estes territórios colonizados economicamente prósperos, dispunham de uma liberdade criativa aberta à concretização dos anseios modernos. A resistência de aceitação do moderno por parte do regime Salazarista e a crise financeira em que se encontrava Portugal, fez das colónias africanas um destino viável para o exercício da profissão de arquitecto.

Trabalharam em Moçambique, jovens arquitectos da geração do congresso “terceira geração modernista em Portugal”, em Maputo, Craveiro Lopes, Marco Miranda Guedes, Amâncio Miranda Guedes, Alberto Soeiro, João José Tinoco, Maria Carlota

Quintanilha, e na cidade da Beira, João Garizo do Carmo, Francisco José de Castro, Bernardino Ramalhete, Paulo de Melo Sampaio, entre outros. Esta nova geração de arquitectos assumiu estes territórios como um laboratório promissor de exploração moderna. O seu pilar de desenvolvimento baseava-se em parte no vocabulário brasileiro: na adaptação da forma ao lugar, na integração das artes e sua plasticidade projectar com o clima, investigar os elementos que o compõem e o modo como estes podem condicionar as formas arquitectónicas, solucionando as necessidades destes países, constituía o principal objetivo destes arquitectos.

Em relação aos arquitectos "Pancho" Miranda Guedes e José Forjaz, são de épocas distintas entre si, mas ambos realizaram obras relevantes com presença e de forte referência. São ambos de arquitectura moçambicana, proveniente da sua formação, vivência, adaptadas ao clima e formas de vida moçambicanas.

Como você vê as possibilidades para a criação de uma arquitetura moçambicana, indo além das referências estrangeiras que marcam a paisagem de Maputo? Você poderia nos apresentar alguns exemplos?

Como referi anteriormente, são inúmeras as influências que temos na arquitectura e no desenho das cidades em Moçambique. É claro que existe uma forte presença e influência de arquitectos portugueses, mas consideramos sempre, pelo menos eu sempre considere, que a arquitectura produzida no nosso território é, portanto, nossa.

Se considerarmos a produção estritamente moçambicana, podemos dizer que é ainda incipiente. Como mencionei, em 35 anos formámos cerca de 500 arquitectos e muitos deles trabalham no aparelho do Estado e são muito poucos os que estão a produzir mesmo arquitectura. Inclusive os poucos moçambicanos que produzem arquitectura como profissionais liberais, não possuem um efeito significativo sobre a sociedade. É de conhecimento que cerca de 90% da população moçambicana constrói as suas próprias habitações através da autoconstrução e ainda é esta a modalidade que marca a arquitectura moçambicana.

Respondendo também, de certa forma, à pergunta anterior, acredito que uma arquitectura africana, uma arquitectura moçambicana e uma arquitectura vernacular podem ser semelhantes, ou completamente distintas entre si. Acredito que é extremamente difícil a criação de uma arquitectura sem as influências exógenas de um mundo globalizado mas, no entanto, a maioria das pessoas continua a construir por si, de acordo com os seus modo de vida (muitas das vezes com grandes influências

rurais), usando os materiais existentes – anteriormente o caniço, a madeira e zinco e actualmente o convencional e mais acessível que é o bloco de cimento. Os seus métodos de construção também vão sendo mais modernos, mas sempre de acordo com as suas necessidades, possibilidades e as aspirações de modernidade vão-se alterando e moldando. De qualquer modo, encontram-se elementos de construção e distribuição espacial específicos que podem ser identificados, tal como a habitação evolutiva, de acordo com as necessidades familiares, a relação com o espaço exterior e até com a vizinhança, a importância da varanda, da árvore, da agricultura de subsistência nas machambas, de elementos de pequeno comércio nas suas habitações, entre muitos outros.

Olhando prospectivamente, quais são os maiores desafios colocados para as escolas de arquitetura e urbanismo em Moçambique?

Tenho alguma dificuldade em responder a esta questão pois os desafios são imensos. Talvez dizer que, reconhecendo as nossas dificuldades e carências, estamos num bom caminho. Existem cada vez mais faculdades de arquitectura e de urbanismo pelo país. Temos cada vez mais profissionais formados e capacitados para encarar os tais desafios. Cada vez mais profissionais e técnicos em posição estratégica de melhorar as políticas urbanas e habitacionais. Temos aumentado as nossas relações interuniversitárias a nível mundial, partilhando experiências semelhantes e também com pontos de vista e contextos diferentes. Temos criado novos programas de formação nível de mestrados e até doutoramentos, criando também cada vez mais material académico e de investigação de relevância. Aproveito para mencionar também os esforços para a criação de programas e centros de extensão universitária, tal como o Kaya Clínica, modificando (esperançosamente) currículos universitários, posições e envolvimento do corpo académico (estudantes e professores), novas parcerias institucionais, melhorando as condições do país e da sua população e incutindo também a importância do papel social do arquitecto e do urbanista num contexto como o nosso.



Notas

1

(Nota dos editores [N.E.]): as perguntas estão feitas conforme o português do Brasil e as respostas conforme o português de Moçambique. Os editores decidiram acolher neste dossiê as múltiplas grafias da língua portuguesa, conforme é escrita nos países lusófonos.